



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO

LEI Nº 1.248/2017

AUTORIZA O PODER
EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO
COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DA AMUREL – CIS/AMUREL, OBJETIVANDO
EFETUAR TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Clésio Bardini De Biasi,
Prefeito Municipal de Treze de Maio;

Faço saber a todos os habitantes deste Município que
a Câmara de Vereadores de Treze de Maio aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros através do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CIS/AMUREL, nos termos das Leis 0831/2009 e 0864/2010;

Artigo 2º - O valor a ser repassado para o Consórcio é de acordo com o contrato de rateio previsto na Lei Orçamentária Anual para o Exercício 2017, perfazendo um valor global máximo de R\$ 168.500,00 (cento e sessenta e oito mil e quinhentos reais) entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único – Os repasses poderão ser efetuados de forma parcelada de acordo com a necessidade do Consórcio, ou de acordo com a disponibilidade de numerários do Município.

Artigo 3º - Os recursos serão destinados para qualificar os serviços de saúde sob a responsabilidade das Administrações Municipais, e para aquisição de bens e/ou serviços de forma conjunta, com otimização dos procedimentos e, sobretudo, redução dos custos.

Artigo 4º - O consórcio terá o prazo de até 60(sessenta) dias para aplicação dos recursos e a devida prestação de contas;

§ 1º - A prestação de contas será efetuada mediante demonstrativo de Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados – TC 28, acompanhado de documentos fiscais originais ou cópias autenticadas, conforme Instrução Normativa 14/2012 – TC.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO

§ 2º - Não será permitido o repasse de recursos, sem a prestação de contas da parcela anterior.

Artigo 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Artigo 6º - As transferências financeiras à entidade estão em conformidade com o art 3º, inciso IX, da Lei Federal 13.019/2014.

Artigo 7º - O convênio a ser firmado será para atender as necessidades do Consórcio, durante o exercício de 2017.

Artigo 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 01 de janeiro de 2017.

Artigo 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Treze de Maio, em 07 de fevereiro de 2017.

CLÉSIO BARDINI DE BIASI
Prefeito Municipal

Publicação:
Publicada nesta Secretaria na data supra.

ALAN MARTINS WENSING
Secretário Municipal de Administração e Finanças